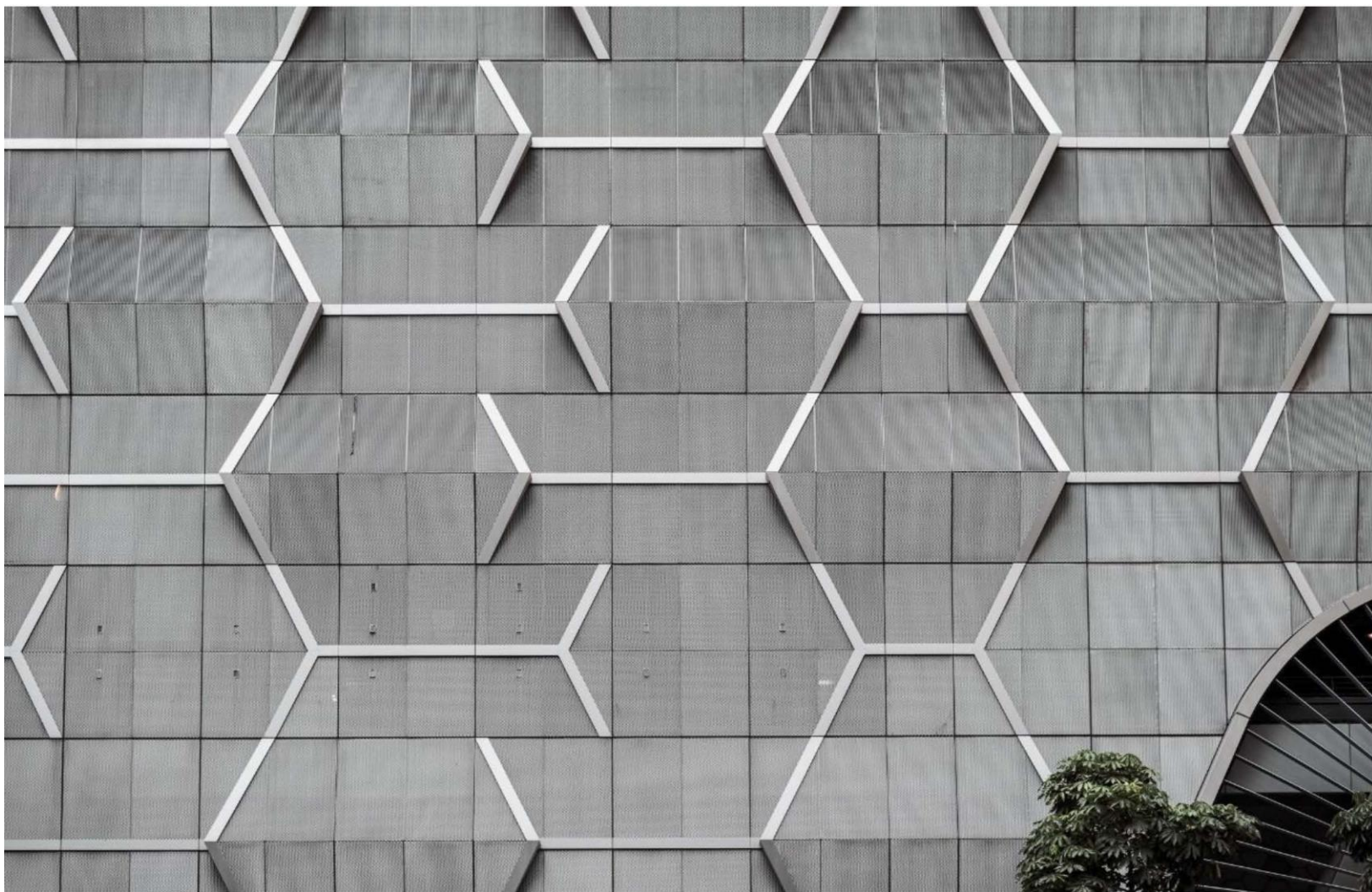




IFRS[®]
Sustainability

Divulgação de informações sobre os efeitos financeiros previstos aplicando as Normas ISSB

Material educativo



Em junho de 2023, o International Sustainability Standards Board (ISSB) emitiu suas Normas inaugurais, a IFRS S1 (*Requisitos Gerais para Divulgação de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade*) e a IFRS S2 (*Divulgações Relacionadas ao Clima*) (Normas ISSB). O ISSB está comprometido a apoiar a implementação destas Normas. A IFRS Foundation desenvolveu este documento como parte do cumprimento desse compromisso.

Este documento segue dois webcasts sobre requisitos de divulgação relacionados aos efeitos atuais e previstos de riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade no desempenho financeiro, na posição financeira e nos fluxos de caixa de uma entidade que a IFRS Foundation divulgou em maio de 2024. Esses webcasts estão disponíveis no site da IFRS Foundation: <https://www.ifrs.org/supporting-implementation/supporting-materials-for-ifrs-sustainability-disclosure-standards/ifrs-s1-and-ifrs-s2/webcasts-current-and-anticipated-financial-effects/>.

Este documento não faz parte das Normas IFRS e não adiciona nem altera seus requisitos. Foi desenvolvido para auxiliar a compreensão das partes interessadas sobre as nossas Normas. As opiniões expressas no documento não refletem necessariamente as do International Accounting Standards Board, do ISSB ou da IFRS Foundation. O documento não deve ser utilizado como aconselhamento profissional ou de investimento.



Explicação de alguns termos usados neste documento

Efeitos financeiros

Efeitos dos riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade na posição financeira, no desempenho financeiro e nos fluxos de caixa de uma entidade.

Efeitos financeiros atuais

Efeitos dos riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade na posição financeira, no desempenho financeiro e nos fluxos de caixa de uma entidade no período de relatório, como as despesas incorridas com prêmios de seguro contra inundações.

Efeitos financeiros previstos

Efeitos previstos dos riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade na posição financeira, no desempenho financeiro e nos fluxos de caixa de uma entidade a curto, médio e longo prazo, levando em consideração como os riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade são incluídos no planejamento financeiro da entidade, como o investimento previsto em equipamentos com eficiência energética.

Investidores

Principais usuários de relatórios financeiros para fins gerais, ou seja, investidores, credores e outros mutuantes existentes e em potencial.

INTRODUÇÃO

Este documento se concentra na divulgação de informações sobre os **efeitos financeiros previstos dos riscos e oportunidades relacionados ao clima**, considerando o feedback das partes interessadas de que o material educativo sobre como aplicar os requisitos relevantes das Normas ISSB apoiaria as entidades na aplicação desses requisitos. Embora este documento se concentre nos riscos e oportunidades relacionados ao clima, os requisitos para a divulgação de informações sobre os efeitos financeiros previstos dos riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade nas Normas ISSB são idênticos.

Os requisitos para divulgar informações sobre os efeitos financeiros previstos de riscos e oportunidades relacionados ao clima são estabelecidos no contexto da divulgação de informações que permitem aos investidores entender a estratégia de uma entidade para gerenciar riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade. As Normas ISSB exigem que uma entidade divulgue os efeitos dos riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade em:

- seu modelo de negócios e cadeia de valor;
- sua estratégia e tomada de decisões; e
- sua posição financeira, desempenho financeiro e fluxos de caixa – ou seja, efeitos financeiros.

O elemento de efeito financeiro dessas informações é uma parte essencial dos relatórios financeiros para fins gerais de uma entidade para permitir que os investidores entendam como os riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade afetam as perspectivas da entidade, complementando as informações contidas nas demonstrações financeiras da entidade.

As informações sobre os efeitos financeiros previstos fornecem uma perspectiva complementar sobre como se espera que as demonstrações financeiras sejam afetadas no curto, médio e longo prazo. Este material educativo tem como foco esses requisitos de divulgação principais e compreende três seções:

1 Visão geral dos requisitos contidos nas Normas ISSB sobre as divulgações dos efeitos financeiros atuais e previstos dos riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade e a justificativa para esses requisitos.

2 Mecanismos contidos nas Normas ISSB que ajudam as entidades a preparar divulgações sobre os efeitos financeiros previstos.

3 Ilustrações de divulgação de informações sobre os efeitos financeiros previstos aplicando as Normas ISSB.

1 Visão geral dos requisitos contidos nas Normas ISSB sobre as divulgações dos efeitos financeiros atuais e previstos dos riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade e a justificativa para esses requisitos.

O objetivo das Normas ISSB é fornecer aos investidores informações úteis para a tomada de decisões sobre riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade, incluindo riscos e oportunidades relacionados ao clima. Os requisitos sobre os efeitos financeiros atuais e previstos são os mesmos na IFRS S1 e na IFRS S2, com a última referenciando especificamente os riscos e oportunidades relacionados ao clima.¹

As Normas ISSB exigem que uma entidade divulgue informações sobre os riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade que poderiam razoavelmente afetar os fluxos de caixa da entidade, seu acesso a financiamento ou custo de capital a curto, médio ou longo prazo. Essas informações incluem aquelas sobre os efeitos financeiros atuais e previstos como parte das divulgações sobre a **estratégia** de uma entidade para gerenciar riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade.

Por que as Normas ISSB exigem divulgações sobre efeitos financeiros?

As Normas ISSB exigem que uma entidade forneça informações sobre:

- os efeitos atuais dos riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade na posição financeira, no desempenho financeiro e nos fluxos de caixa da entidade; e
- os efeitos financeiros previstos no curto, médio e longo prazo.

Esses requisitos foram projetados para produzir informações que complementam as informações fornecidas nas respectivas demonstrações financeiras.

Essas informações são úteis para os investidores na tomada de decisões relacionadas ao fornecimento de recursos para uma entidade.

O envolvimento com as partes interessadas, incluindo feedback sobre os projetos da IFRS S1 e da IFRS S2, forneceu insights sobre as informações que ajudam os investidores a entender melhor como um determinado risco ou oportunidade relacionado ao clima ou relacionado à sustentabilidade afetou, ou se espera que afete, a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa de uma entidade.

Os investidores estão interessados em entender a relação e as conexões entre as informações sobre os riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade de uma entidade e suas demonstrações financeiras. Os requisitos sobre os efeitos financeiros atuais e previstos foram projetados para ajudar a estabelecer essas conexões.

Portanto, as Normas ISSB exigem que uma entidade forneça informações de maneira a permitir que os investidores entendam diferentes tipos de conexões, incluindo:

- as conexões entre **itens**, como as conexões entre vários riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade que poderiam razoavelmente afetar as perspectivas da entidade;

¹ Consulte os parágrafos 34 a 40 da IFRS S1 (*Requisitos Gerais para Divulgação de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade*) e os parágrafos 18 a 21 da IFRS S2 (*Divulgações Relacionadas ao Clima*).

- as conexões entre as divulgações fornecidas pela entidade **dentro** de suas divulgações financeiras relacionadas à sustentabilidade; e
- as conexões entre as divulgações fornecidas pela entidade **em** suas divulgações financeiras relacionadas à sustentabilidade e outros relatórios financeiros para fins gerais publicados pela entidade (o que inclui as demonstrações financeiras).

Ao desenvolver requisitos nas Normas ISSB para divulgar efeitos financeiros, o ISSB baseou-se nas recomendações da Força-Tarefa sobre Divulgações Financeiras Relacionadas ao Clima (TCFD). A recomendação da TCFD sobre estratégia pede que uma entidade divulgue os impactos reais e potenciais dos riscos e oportunidades relacionados ao clima nos negócios, estratégia e planejamento financeiro da entidade.²

As Normas ISSB são consistentes com as recomendações da TCFD, mas são mais específicas em alguns aspectos das divulgações que devem ser fornecidas (e abordam riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade, não apenas riscos e oportunidades relacionados ao clima). Por exemplo, as Normas ISSB estabelecem critérios para circunstâncias em que informações quantitativas e qualitativas são necessárias e fornecem mecanismos para apoiar as entidades na divulgação das informações.

Conexões dentro das divulgações financeiras relacionadas à sustentabilidade

Embora os requisitos de divulgação sejam apresentados em uma ordem lógica nas Normas ISSB, ao apresentar divulgações sobre riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade, uma entidade não precisa seguir a ordem dos requisitos contidos nas Normas ISSB. Em vez disso, a entidade usa uma abordagem que é útil para “**contar a história**” dos seus riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade, aprimorando as conexões entre as informações e evitando a duplicação quando possível.

Existem, por exemplo, outros requisitos nas Normas ISSB além dos parágrafos específicos que abordam os efeitos financeiros atuais e previstos que podem resultar na necessidade de fornecer informações sobre os valores nas demonstrações financeiras do período de relatório e os valores previstos em períodos futuros, criando assim a possibilidade de se referir ou conectar tais divulgações ao fornecer informações sobre os efeitos financeiros (atuais e) previstos.

Ligação com a estratégia e a tomada de decisões

Como exemplo da ligação entre os efeitos financeiros previstos e as divulgações sobre estratégia e tomada de decisões, a IFRS S2 exige que uma entidade forneça informações sobre a estratégia da entidade para mitigar e se adaptar à transição e aos riscos físicos relacionados ao clima e responder a oportunidades relacionadas ao clima. Essas informações podem incluir informações que também são relevantes para os efeitos financeiros previstos (por exemplo, informações sobre o efeito da implementação do plano de transição da entidade em sua posição financeira, seu desempenho financeiro e seus fluxos de caixa).

² TCFD, *Relatório Final – Recomendações da Força-Tarefa sobre Divulgações Financeiras Relacionadas ao Clima*, TCFD, 2017, <https://assets.bbhub.io/company/sites/60/2021/10/FINAL-2017-TCFD-Report.pdf>.

Nesse contexto, uma entidade pode determinar que é relevante fornecer informações sobre:

- efeitos previstos nas avaliações e vida útil de ativos (por exemplo, uma diminuição no valor de um ativo como resultado de um mercado reduzido para produtos que não são energeticamente eficientes em uma economia de baixo carbono); e
- investimentos previstos em infraestruturas que possam suportar o aumento do nível do mar ou eventos climáticos extremos.³

A entidade pode determinar que essas informações são relevantes tanto para a divulgação de informações sobre os efeitos financeiros previstos quanto para a divulgação de informações sobre seu planejamento de transição.

Para evitar a duplicação, a entidade pode determinar que é apropriado incluir informações por referência cruzada nas divulgações financeiras relacionadas à sustentabilidade.

Ligação com métricas relacionadas ao clima

A IFRS S2 também exige que uma entidade divulgue:

- o valor e a porcentagem de ativos ou atividades comerciais vulneráveis aos riscos físicos e de transição relacionados ao clima; e
- o valor e a porcentagem de ativos ou atividades comerciais alinhados com as oportunidades relacionadas ao clima.⁴

Essas métricas podem ser relevantes para divulgações sobre efeitos financeiros atuais e previstos e, portanto, as mesmas informações podem ser apresentadas de uma maneira que atenda a mais de um requisito de divulgação.

Por exemplo, os ativos identificados como vulneráveis aos riscos relacionados ao clima podem ser um exemplo de ativos cujos valores contábeis estão em risco significativo de ajuste material no próximo período de relatório anual.

Conexões com as demonstrações financeiras

Os requisitos de divulgação relacionados aos efeitos financeiros atuais e previstos foram projetados para produzir informações que complementem as informações fornecidas nas respectivas demonstrações financeiras, fazendo conexões entre os riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade e as informações relatadas nas demonstrações financeiras.

Consistência com as informações fornecidas nas demonstrações financeiras – Risco de ajuste no próximo período de relatório anual

Em algumas circunstâncias, um risco ou oportunidade relacionado à sustentabilidade pode representar um risco significativo de ajuste material dentro do próximo período de relatório anual referente aos valores contábeis de ativos e passivos relatados nas demonstrações financeiras.

Situações em que pode haver um risco significativo de ajuste material no valor contábil de ativos e passivos incluem a mensuração do valor recuperável de um ativo para fins de redução ao valor recuperável ou a mensuração da provisão constituída para o resultado de litígios pendentes.

Nessas circunstâncias, as Normas ISSB exigem que uma entidade divulgue informações sobre esse risco ou oportunidade.

³ O documento de orientação da IFRS, [*Divulgando informações sobre a transição relacionada ao clima de uma entidade, incluindo informações sobre planos de transição, de acordo com a IFRS S2*](#), fornece orientação sobre como uma entidade pode aplicar os requisitos da IFRS S2 sobre divulgações de informações sobre a transição relacionada ao clima de uma entidade.

⁴ Consulte o parágrafo 29(b)–(d) da IFRS S2.

Esse requisito é semelhante aos requisitos das Normas Contábeis IFRS. Especificamente, as Normas Contábeis IFRS exigem que uma entidade forneça:

“(...) informações sobre as suposições que faz sobre o futuro e outras grandes fontes de incerteza de estimativa no final do período de relatório, que representam um risco significativo de resultar em um ajuste material nos valores contábeis de ativos e passivos no próximo exercício fiscal. Em relação a esses ativos e passivos, as notas devem incluir detalhes a respeito de:

- (a) sua natureza; e
- (b) seu valor contábil no final do período de relatório.”⁵

Conexão com as informações fornecidas nas demonstrações financeiras – Compromissos

Semelhante aos riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade, os efeitos financeiros dos compromissos de uma entidade podem não ser refletidos nas demonstrações financeiras da entidade até um período futuro. Se um compromisso estiver relacionado a um risco ou oportunidade relacionado à sustentabilidade, é necessário divulgar informações sobre os efeitos financeiros previstos. Portanto, os efeitos financeiros previstos nas divulgações financeiras relacionadas à sustentabilidade podem fornecer informações sobre os compromissos que se prevê que sejam refletidos nas demonstrações financeiras em um período futuro.

Por exemplo, em resposta a um risco relacionado à sustentabilidade, uma entidade pode ter se comprometido com uma meta específica relacionada à sustentabilidade. No entanto, esse compromisso pode não ter afetado a posição financeira, o desempenho financeiro ou os fluxos de caixa da entidade no ano atual porque os critérios de reconhecimento aplicáveis não foram atendidos.

Ao desenvolver as divulgações financeiras relacionadas à sustentabilidade, a entidade pode determinar que é relevante explicar que o risco relacionado à sustentabilidade, apesar do estabelecimento de uma meta, ainda não afetou sua posição financeira ou desempenho financeiro (e as razões para isso), descrevendo as conexões entre o compromisso e as demonstrações financeiras.

Como evitar a duplicação

As informações nas notas explicativas das demonstrações financeiras podem explicar como os riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade afetaram a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa **atuais** de uma entidade.

Se a explicação fornecer as informações que as Normas ISSB exigem que uma entidade divulgue, a entidade pode considerar o fornecimento das informações exigidas por **referência cruzada às demonstrações financeiras relacionadas para evitar duplicação**, sujeito aos requisitos específicos estabelecidos no Apêndice B da IFRS S1:

- as informações por referência cruzada estão disponíveis nos mesmos termos e ao mesmo tempo que as divulgações financeiras relacionadas à sustentabilidade;
- o conjunto completo de divulgações financeiras relacionadas à sustentabilidade não se torna menos compreensível ao incluir informações por referência cruzada; e
- a referência cruzada identifica claramente o relatório e partes específicas do relatório onde as informações estão localizadas.

⁵ Consulte o parágrafo 31A da Norma IAS 8, *Base de Preparação das Demonstrações Financeiras*.



Sobre as conexões dentro dos relatórios financeiros para fins gerais da entidade

Entidade, período e momento

A entidade que reporta, o período de relatório e o momento do relatório devem ser os mesmos para as divulgações financeiras relacionadas à sustentabilidade e as demonstrações financeiras relacionadas.

Moeda

Quando uma moeda for especificada como a unidade de medida nas divulgações financeiras relacionadas à sustentabilidade, ela deve ser a mesma que a moeda de apresentação das demonstrações financeiras relacionadas.

Dados e premissas consistentes

Os dados e premissas usados na preparação de divulgações financeiras relacionadas à sustentabilidade devem ser consistentes (na medida do possível, dadas as normas contábeis que a entidade está aplicando) com os dados e premissas correspondentes usados na preparação das demonstrações financeiras relacionadas. Quaisquer diferenças significativas devem ser explicadas.⁶

Sem duplicação de informações

As conexões entre as divulgações da entidade devem ser explicadas de forma clara e concisa, evitando-se a duplicação desnecessária de informações.⁷

Julgamento no fornecimento de informações sobre os efeitos financeiros atuais e previstos

A administração precisará usar seu julgamento ao fornecer informações sobre os efeitos financeiros atuais e previstos dos riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade. O tipo de informação que uma entidade fornece varia de acordo com as circunstâncias da entidade e os mecanismos que ela aplica.

As Normas ISSB exigem que uma entidade forneça informações sobre os efeitos financeiros no período de relatório atual e os efeitos previstos no curto, médio e longo prazo.

Horizontes temporais

As definições das entidades de horizontes temporais de curto, médio e longo prazo provavelmente serão diferentes, dependendo, por exemplo, de seu setor ou ciclos de planejamento financeiro ou de negócios.

As Normas ISSB exigem que uma entidade:

- divulgue pelo menos um conjunto de definições para curto, médio e longo prazo, juntamente com informações relevantes sobre os efeitos dos riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade que poderiam razoavelmente ocorrer durante cada um desses horizontes temporais; e
- forneça informações sobre como a entidade definiu esses horizontes temporais.

Uma combinação de informações quantitativas e qualitativas é mais útil para a tomada de decisões sobre investimentos.

⁶ Consulte o parágrafo B42(c) da IFRS S1.

⁷ Consulte o parágrafo B42(a)–(b) da IFRS S1.

As informações quantitativas são importantes para os investidores entenderem como, ou até que ponto, os riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade afetaram ou podem afetar as demonstrações financeiras. No entanto, as informações qualitativas fornecem um contexto útil para as informações quantitativas. Portanto, as Normas ISSB exigem que uma entidade forneça ambos os tipos de informações (sujeito a circunstâncias em que uma entidade não precisa fornecer informações quantitativas, conforme descrito na Seção 2 deste documento).

Um valor único ou um intervalo de valores

Ao fornecer informações quantitativas, uma entidade pode divulgar um valor único ou um intervalo de valores. Às vezes, um intervalo de valores é útil ou mais apropriado do que um valor único.

Por exemplo, um fabricante de roupas pode estar exposto à demanda reduzida por seus produtos devido à mudança das preferências dos consumidores por alternativas de baixo carbono. A entidade fornece informações sobre os efeitos financeiros previstos de produtos novos ou potenciais que minimizam os impactos ambientais e, devido ao nível de incerteza de medição, pode relatar um intervalo de valores referente aos possíveis resultados futuros em vez de uma única estimativa.

A Tabela 1 resume algumas das principais conclusões da Seção 1 deste documento.

Tabela 1 – Principais conclusões

Informações sobre os efeitos financeiros previstos	
O que são	O que não são
Contam a história	Organizadas em ordem sequencial
Ao fornecer divulgações sobre riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade, uma entidade conta a história desses riscos e oportunidades.	- Ao fornecer divulgações sobre riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade, uma entidade não precisa seguir a ordem dos requisitos contidos nas Normas ISSB. - As informações que são relevantes para atender a outros requisitos de divulgação nas Normas ISSB também podem ser relevantes ao fornecer divulgações sobre os efeitos financeiros previstos.

Conectadas com as demonstrações financeiras	Duplicadas com as demonstrações financeiras
• As informações sobre os efeitos financeiros previstos complementam as informações fornecidas nas demonstrações financeiras da entidade. • Os dados e premissas usados para preparar informações sobre os efeitos financeiros previstos devem ser consistentes, na medida do possível, com os usados nas demonstrações financeiras. Esses dados e premissas estão disponíveis para a entidade sem custo ou esforço indevido.	• Se as informações nas notas explicativas das demonstrações financeiras fornecerem informações exigidas pelas Normas ISSB, uma entidade pode divulgar essas informações por referência cruzada às demonstrações financeiras para evitar duplicação.

2 Mecanismos contidos nas Normas ISSB que ajudam as entidades a preparar divulgações sobre os efeitos financeiros previstos.

Em comentários recebidos sobre os projetos da IFRS S1 e da IFRS S2, o ISSB ouviu das partes interessadas que o fornecimento de informações quantitativas pode ser desafiador em algumas circunstâncias, especialmente ao fornecer divulgações sobre os efeitos financeiros previstos. Portanto, o ISSB incluiu os mecanismos nas Normas ISSB para abordar esses desafios, incluindo mecanismos de proporcionalidade especificamente para os efeitos financeiros previstos, a fim de ajudar as entidades a aplicar esses requisitos.

Os mecanismos foram projetados para ajudar as entidades a preparar divulgações sobre os efeitos financeiros previstos, levando em consideração tanto a natureza das informações quanto a disponibilidade de recursos e o estado de preparação das entidades. Sendo assim, esses mecanismos foram projetados para fornecer suporte permanente em algumas circunstâncias, mas também são particularmente úteis para apoiar as entidades nos primeiros anos de aplicação das Normas ISSB à medida que desenvolvem capacidades ao longo do tempo.

Como preparar divulgações sobre efeitos financeiros previstos aplicando as Normas ISSB

Ao preparar divulgações sobre os efeitos financeiros previstos, uma entidade não precisa realizar uma busca exaustiva por informações. Em vez disso, ela usa:

- todas as informações razoáveis e sustentáveis disponíveis na data de relatório sem custo ou esforço indevido; e
- uma abordagem proporcional às habilidades, capacidades e recursos disponíveis para a entidade.

Esses dois mecanismos são chamados de “mecanismos de proporcionalidade”⁸ Esses mecanismos estão incluídos nas Normas ISSB para garantir que o que é exigido das entidades na preparação de divulgações sobre os efeitos financeiros previstos seja proporcional às suas circunstâncias.

Com o tempo, espera-se que as informações razoáveis e sustentáveis que estão disponíveis sem custo ou esforço indevido, bem como as habilidades, capacidades e recursos de uma entidade, mudem. Como resultado, as divulgações nessas áreas irão melhorar ao longo do tempo.

O que significa a expressão “todas as informações razoáveis e sustentáveis disponíveis na data de relatório sem custo ou esforço indevido”?

O conceito de “todas as informações razoáveis e sustentáveis que estão disponíveis para uma entidade na data de relatório sem custo ou esforço indevido” ajuda as entidades a estabelecer parâmetros para o tipo de informação que consideram e o esforço que fazem para obter essas informações.

Esse conceito é utilizado em algumas Normas Contábeis IFRS (por exemplo, a IFRS 9, *Instrumentos Financeiros*, e a IFRS 17, *Contratos de Seguro*) e em relação a circunstâncias específicas que envolvem um elevado nível de incerteza de medição.

Portanto, as entidades que aplicam as Normas Contábeis IFRS já estão familiarizadas com esse conceito, que foi experimentado e testado.

⁸ Um webcast explicando como os mecanismos de proporcionalidade dão suporte à aplicação da IFRS S1 e da IFRS S2 está disponível no site da IFRS Foundation: <https://www.ifrs.org/supporting-implementation/supporting-materials-for-ifrs-sustainability-disclosure-standards/ifrs-s1-and-ifrs-s2/webcast-proportionality-mechanisms-ifrs-sustainability-disclosure-standards/>.

Todas as informações razoáveis e sustentáveis disponíveis na data de relatório

Uma entidade considera:

- em primeiro lugar, os fatores específicos da entidade; e
- em segundo lugar, as condições gerais no ambiente externo.

Ao preparar divulgações sobre os efeitos financeiros previstos, o conceito de “todas as informações razoáveis e sustentáveis” inclui informações sobre eventos passados, condições atuais e previsões de condições futuras.

Ao identificar informações razoáveis e sustentáveis, as entidades consideram todas as informações que estão razoavelmente disponíveis para elas, incluindo as informações que já possuem.

As entidades:

- precisam usar apenas as informações disponíveis a elas na data de relatório, incluindo informações históricas, atuais ou prospectivas (como previsões de condições futuras);
- não podem desconsiderar informações conhecidas ou que estão publicamente disponíveis; e
- precisam ter uma razão adequada para usar as informações.

Fontes das informações

As informações vêm de várias fontes de dados, tanto internas quanto externas.

As fontes de dados internas incluem os processos de gestão de risco da entidade ou outros relatórios e estatísticas. As fontes de dados externas incluem bancos de dados públicos, experiência no setor e em grupos de pares e classificações externas.

Esse mecanismo de proporcionalidade foi projetado para acomodar vários níveis de

disponibilidade de informações com base nas circunstâncias das entidades.

Custo ou esforço indevido

“Custo ou esforço indevido” é a parte do mecanismo que fornece o parâmetro sobre o custo ou esforço que uma entidade deve despender na obtenção de informações para atender a um requisito específico. Ou seja, uma entidade avalia o que constitui custo ou esforço indevido na obtenção de informações para atender a esse requisito.

A avaliação de custo ou esforço indevido:

- depende das circunstâncias específicas da entidade; e
- requer a consideração equilibrada dos custos e esforços da entidade e dos benefícios das informações resultantes para os investidores.

Uma entidade:

- não precisa realizar uma pesquisa exaustiva para obter informações a fim de atender ao requisito de divulgação relevante; e
- considera os benefícios para os investidores e o esforço incremental ou os custos necessários para fornecer tais informações adicionais.

Para auxiliar as entidades a determinar quais informações são consideradas disponíveis sem custo ou esforço indevido, observa-se no parágrafo B9 da IFRS S1 que algumas informações são sempre consideradas disponíveis para uma entidade sem custo ou esforço indevido. Essas informações incluem informações que a entidade utilizou:

- para elaborar suas demonstrações financeiras;
- para operar seu modelo de negócios;
- para definir sua estratégia; e
- para gerenciar seus riscos e oportunidades.

Ao considerar outras informações que estão disponíveis sem custo ou esforço indevido, nota-se que uma entidade pode realizar uma pesquisa menos exaustiva se o custo para obter informações específicas for proporcionalmente maior para a entidade do que para outras entidades com mais recursos. As informações que estão disponíveis sem custo ou esforço indevido para uma entidade usar em suas divulgações podem variar dependendo de suas circunstâncias.

Quanto maior a utilidade para os investidores das informações sobre um risco ou oportunidade relacionado à sustentabilidade, maior o esforço esperado por parte de uma entidade para obter essas informações.

Também é importante destacar que as informações que estão disponíveis e o custo ou esforço considerado indevido podem mudar ao longo do tempo.

Em resumo, esse mecanismo de proporcionalidade busca estabelecer uma base razoável para o esforço necessário a fim de coletar informações para preparar divulgações ao usar as Normas ISSB e explicar o parâmetro pretendido.

O mecanismo não isenta uma entidade de divulgar informações. As entidades são obrigadas a usar as informações que estão disponíveis para atender aos requisitos de divulgação, mas apenas as informações que estão disponíveis sem custo ou esforço indevido.

O que significa “uma abordagem proporcional às habilidades, capacidades e recursos disponíveis para a entidade”?

A exigência de que uma abordagem seja proporcional às habilidades, capacidades e recursos de uma entidade foi incluída nas Normas ISSB:

- para garantir que o que é exigido das entidades seja proporcional às suas circunstâncias; e
- para permitir que as entidades desenvolvam habilidades e capacidades e, assim, melhorem as divulgações ao longo do tempo.⁹

As habilidades, capacidades e recursos disponíveis de uma entidade podem ser internos e externos. Eles fornecem o contexto para influenciar a consideração da entidade sobre os potenciais custos e o nível de esforço exigido por uma abordagem específica.

É provável que as circunstâncias de uma entidade mudem com o tempo. Portanto, espera-se que uma entidade:

- reavalie suas circunstâncias; e
- seja capaz de desenvolver suas habilidades e capacidades ao longo do tempo.

⁹ O parágrafo BC65 da Base para Conclusões da IFRS S2 fornece um exemplo do desenvolvimento de habilidades, capacidades e recursos no contexto da análise de cenários relacionados ao clima para os quais o mesmo conceito se aplica: “Quanto maior a exposição de uma entidade a riscos e oportunidades relacionados ao clima e quanto mais habilidades, capacidades e recursos disponíveis para realizar uma análise de cenários relacionados ao clima, mais sofisticada a forma da análise que a entidade seria obrigada a usar para apoiar sua avaliação de resiliência. Uma entidade com menos recursos e com exposição ao risco relativamente baixa pode desenvolver uma narrativa de cenário focada em um produto-chave, unidade de negócios ou local de operação.

No entanto, uma entidade maior, com exposição alta ao risco e maior experiência analítica, pode realizar uma modelagem quantitativa sofisticada usando uma variedade de cenários para capturar vários canais de transmissão de risco em suas próprias operações e em toda a sua cadeia de valor. **Se uma entidade não possui atualmente as habilidades e capacidades** para realizar uma forma mais sofisticada de análise de cenários relacionados ao clima, mas tem um alto grau de exposição a riscos relacionados ao clima, **a entidade pode inicialmente usar uma abordagem mais simples** para a análise de cenários relacionados ao clima. O ISSB enfatizou que, se a exposição a riscos relacionados ao clima de uma entidade justificar uma abordagem mais sofisticada à análise de cenários, **a entidade não pode usar a falta de habilidades ou capacidades para justificar o uso de uma abordagem menos sofisticada se tiver os recursos disponíveis para obter ou desenvolver essas habilidades ou capacidades.** O ISSB espera que essa orientação permita que as entidades desenvolvam suas habilidades e capacidades e fortaleçam suas divulgações ao longo do tempo por meio de um processo de aprendizagem e iteração. Por exemplo, à medida que as capacidades de uma entidade se desenvolvem, também se desenvolve sua avaliação do que é considerado ‘indevido’ em termos de custo ou esforço.” [grifo nosso]

O ISSB observou que uma entidade não pode deixar de fornecer informações quantitativas a respeito de efeitos financeiros previstos por não ter as habilidades ou capacidades para fazê-lo, se tiver os recursos disponíveis para obter ou desenvolver essas habilidades ou capacidades.¹⁰ Na ausência de tais recursos, os mecanismos de proporcionalidade procuram acomodar o desenvolvimento de habilidades ou capacidades ao longo do tempo.

Além disso, embora as habilidades, capacidades e recursos de uma entidade sejam referenciados na isenção de fornecer divulgações quantitativas, nota-se que nem sempre é necessário que uma entidade tenha bons recursos ou seja capaz de realizar análises sofisticadas para fornecer informações quantitativas. Por exemplo, as informações quantitativas fornecidas podem ser informações como a quantidade de investimento planejado em novos equipamentos com eficiência energética incluídos no orçamento de curto prazo da entidade.

Quando uma entidade pode fornecer apenas informações qualitativas sobre os efeitos financeiros previstos?

Fornecer informações quantitativas pode ser um desafio em algumas circunstâncias.

Os mecanismos estão disponíveis nas Normas ISSB para ajudar a enfrentar esses desafios.

Com relação aos efeitos financeiros atuais e previstos, as entidades não precisam fornecer informações quantitativas se:

- os efeitos atuais e previstos não forem identificáveis separadamente; **ou**
- o nível de incerteza de medição envolvido na estimativa desses efeitos for tão alto que as informações quantitativas resultantes não seriam úteis.

Embora em um contexto diferente, esses dois conceitos também existem nas Normas Contábeis IFRS e são familiares para muitas entidades que aplicam essas Normas.

Essas isenções da exigência de fornecer informações quantitativas estão relacionadas às características ou natureza dos efeitos financeiros. Essas isenções se aplicam a todas as entidades, independentemente de seus recursos e experiência, e não são relevantes apenas nos anos iniciais de aplicação das Normas ISSB. Por exemplo, um efeito pode não ser identificável separadamente, mesmo quando a entidade que aplica os requisitos é uma entidade com bons recursos que aplica as Normas ISSB há muitos anos.

Além disso, com relação aos efeitos financeiros previstos, as entidades não precisam fornecer informações quantitativas se não tiverem as habilidades, capacidades ou recursos necessários. Essa isenção foi projetada para ser usada por todas as entidades, grandes ou pequenas, quando necessário. No entanto, espera-se que seja mais relevante para entidades com mais recursos em seus anos iniciais de aplicação das Normas ISSB (sujeito às expectativas de melhoria ao longo do tempo).

O que significa “não identificável separadamente”?

Em alguns casos, pode não ser possível identificar separadamente os efeitos financeiros de um risco ou oportunidade relacionado à sustentabilidade.

Os efeitos financeiros podem surgir de mais de uma fonte e afetar vários itens nas demonstrações financeiras relacionadas e, portanto, pode não ser possível isolar o efeito do risco ou oportunidade específico relacionado à sustentabilidade.

¹⁰ Consulte o parágrafo BC107 da Base para Conclusões da IFRS S1.

Por exemplo, uma entidade observou uma tendência de diminuição da demanda por seus produtos, que acredita ser parcialmente impulsionada por condições econômicas e de mercado adversas e parcialmente impulsionada pelas mudanças nas demandas dos consumidores relacionadas a considerações climáticas. A entidade não pode isolar a diminuição da demanda devido aos efeitos do risco relacionado ao clima dos efeitos causados por outros fatores. Não obstante o fato de que os efeitos do risco relacionado ao clima são inseparáveis, a entidade fornece informações quantitativas sobre os efeitos combinados da diminuição da demanda.

E quanto ao nível de incerteza de medição?

Medir os efeitos financeiros previstos pode ser um desafio em virtude de sua natureza prospectiva. Em alguns casos, o nível de incerteza de medição pode ser tão alto que as informações quantitativas não seriam úteis. O conceito de utilidade referido é descrito nas Bases Conceituais da IFRS S1, que afirmam que as informações financeiras relacionadas à sustentabilidade são úteis se forem relevantes e representarem fielmente o que pretendem representar.

Explicações a serem fornecidas

Se uma entidade determinou que não precisa fornecer informações quantitativas sobre os efeitos financeiros atuais ou previstos de um risco ou oportunidade relacionado à sustentabilidade, ela é obrigada a:

- explicar por que não forneceu informações quantitativas;
- fornecer informações qualitativas sobre esses efeitos financeiros, incluindo a identificação dos itens, totais e subtotais contidos nas demonstrações financeiras relacionadas que possam ser, ou tenham sido, afetados por esse risco ou oportunidade relacionado à sustentabilidade; e
- fornecer informações quantitativas sobre os efeitos combinados desse risco ou oportunidade relacionado à sustentabilidade com outros riscos ou oportunidades relacionados à sustentabilidade e outros fatores, a menos que a entidade determine que informações quantitativas sobre os efeitos financeiros combinados não seriam úteis.

Isenções

As Normas ISSB isentam uma entidade de divulgar informações que normalmente seriam exigidas pelas Normas em duas circunstâncias.

Proibição por lei ou regulamento – Uma entidade é dispensada de divulgar informações se alguma lei ou regulamento proibir a entidade de divulgar essas informações.

Informações comercialmente sensíveis sobre oportunidades – Uma entidade é dispensada de divulgar informações sobre uma oportunidade relacionada à sustentabilidade se essas informações forem comercialmente sensíveis, conforme descrito na IFRS S1.

Portanto, uma entidade não precisa divulgar informações sobre efeitos financeiros atuais e previstos se isso exigir a divulgação de informações proibidas por lei ou regulamento ou resultar na divulgação de informações sobre oportunidades comercialmente sensíveis.

Por exemplo, se, em resposta a uma oportunidade relacionada ao clima, uma entidade tiver um plano confidencial para alienar uma subsidiária no médio prazo, ela pode decidir que as informações fornecidas se limitem a descrever a estratégia geral para responder à oportunidade, em vez de fornecer detalhes sobre a subsidiária e o momento planejado da alienação.

Alternativamente, a entidade pode usar a “isenção de informações comercialmente sensíveis” porque determinou que, na verdade, não é possível divulgar informações sobre os efeitos financeiros previstos da transação de uma maneira que evite prejudicar seriamente os benefícios econômicos que, de outra forma, receberia com a oportunidade.

A Tabela 2 resume algumas das principais conclusões da Seção 2 deste documento.

Tabela 2 – Principais conclusões

Informações sobre os efeitos financeiros previstos	
O que são	O que não são
Estimativas O uso de estimativas razoáveis é uma parte essencial da preparação de divulgações financeiras relacionadas à sustentabilidade. Ao fornecer informações quantitativas, uma entidade pode divulgar um valor único ou um intervalo de valores.	Precisas/Definitivas/Preditivas Ao preparar divulgações sobre os efeitos financeiros antecipados, uma entidade não precisa realizar uma busca exaustiva por informações.
Quantitativas e qualitativas Fornecer uma combinação de informações quantitativas e qualitativas é mais útil para que os investidores possam tomar decisões de investimento.	Comercialmente sensíveis Uma entidade não precisa divulgar informações sobre uma oportunidade relacionada à sustentabilidade se essas informações forem comercialmente sensíveis, conforme descrito na IFRS S1, como planos confidenciais de fusão e aquisição.

3 Ilustrações de divulgação de informações sobre os efeitos financeiros previstos aplicando as Normas ISSB.

As ilustrações na Seção 3 deste documento mostram algumas das informações que uma entidade pode determinar que são relevantes para divulgar sobre os efeitos financeiros previstos de seus riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade e alguns aspectos da preparação das informações. As ilustrações não são abrangentes. A IFRS S1 exige que as entidades divulguem informações que permitam aos investidores entender os efeitos atuais e previstos dos riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade na posição financeira, no desempenho financeiro e nos fluxos de caixa da entidade no curto, médio e longo prazo. A IFRS S2 inclui os mesmos requisitos em relação aos riscos e oportunidades relacionados ao clima. As ilustrações fornecidas usam conjuntos de fatos climáticos e, assim, ilustram a aplicação dos requisitos da IFRS S2.

Para fins demonstrativos, as ilustrações apresentam algumas das informações que deveriam ser fornecidas, em vez de trazerem informações completas, e se concentram em ilustrar a aplicação dos mecanismos de proporcionalidade e isenções nas Normas ISSB. Os valores monetários são denominados em “unidades monetárias” (UM).

Ilustração A – Efeitos financeiros previstos do risco dos preços do carbono

	Conjunto de fatos
	A entidade A explora, extrai e processa recursos naturais. A entidade identificou a introdução de um imposto sobre o carbono na Jurisdição A como um risco relacionado ao clima porque as operações de mineração intensivas em carbono da entidade na Jurisdição A provavelmente enfrentarão custos operacionais mais altos do que em outras jurisdições se um imposto sobre o carbono for implementado. A entidade estaria sujeita a um imposto se suas emissões de gases de efeito estufa geradas na Jurisdição A excedessem um limite especificado. A entidade desenvolveu um plano de transição relacionado ao clima que se concentra em ações para incorporar equipamentos com eficiência energética e tecnologia de baixo carbono em seus processos na Jurisdição A. As instalações e os equipamentos da entidade na Jurisdição A estão se tornando obsoletos (ativos encalhados) e, consequentemente, a entidade ajustou sua análise de redução ao valor recuperável e vida útil. A entidade pode determinar que é apropriado fornecer informações sobre o valor contábil e a depreciação desses ativos por referência cruzada às suas demonstrações financeiras.
	Ilustração da preparação de informações sobre os efeitos financeiros previstos
	A entidade A definiu os horizontes temporais de acordo com seu ciclo de planejamento estratégico como: • curto prazo: 2 anos • médio prazo: 3 a 6 anos • longo prazo: 7 a 20 anos Ao fornecer informações sobre os efeitos financeiros previstos de seu plano para reduzir suas emissões de gases de efeito estufa na Jurisdição A, a entidade divulga que espera fazer investimentos em instalações e equipamentos com mais eficiência energética no valor de até 100 milhões de unidades monetárias, dos quais 10 a 12 milhões de unidades monetárias estão previstos para serem incorridos no curto prazo, 25 a 30 milhões de unidades monetárias previstos a médio prazo e 58 a 65 milhões de unidades monetárias previstos a longo prazo. A entidade divulga suas fontes de financiamento planejadas para os investimentos e que os efeitos previstos nos custos operacionais para os reparos e manutenção desses investimentos em instalações e equipamentos são estimados em 1 milhão de unidades monetárias no curto prazo, 4 milhões de unidades monetárias no médio prazo e 10 milhões de unidades monetárias no longo prazo.

Ilustração B – Efeitos financeiros previstos do risco de inundações

	Conjunto de fatos
A entidade B é uma varejista que vende produtos fabricados por outras entidades em sua cadeia de valor. A entidade opera lojas físicas em locais costeiros. A entidade identificou um risco físico relacionado ao clima devido às suas operações estarem em áreas expostas ao aumento da frequência e gravidade de inundações. Inundações severas, que devem aumentar em algumas das áreas costeiras em que as lojas da entidade estão localizadas, poderiam razoavelmente levar a danos físicos em suas lojas e estoque, reduções no tráfego de clientes, acesso restrito para funcionários e interrupção na cadeia de fornecimento.^(a) A entidade possui seguro contra inundações que cobre interrupção de negócios e danos a imóveis e estoque. Os prêmios de seguro da entidade para esses riscos aumentaram nos últimos anos e a entidade espera que os aumentos continuem devido à elevação do risco de inundação ao qual a entidade está exposta.	
Ilustração da preparação de informações sobre os efeitos financeiros previstos	
A entidade B definiu os horizontes temporais de acordo com seu ciclo de planejamento estratégico como: • curto prazo: 1 ano • médio prazo: 2 a 3 anos • longo prazo: 4 a 10 anos A entidade considerou inputs e premissas que poderia usar para determinar os efeitos financeiros previstos do risco de inundação. A entidade possui informações históricas sobre prêmios de seguro contra inundações prontamente disponíveis na gestão de suas operações de negócios. A entidade também considerou as informações sobre o aumento projetado de inundações com base em estudos científicos (instâncias e severidade) nas áreas em que suas lojas estão localizadas, que estão disponíveis para a entidade a partir de seu processo de gestão de riscos. A entidade não sabe se os aumentos históricos nos prêmios de seguro já foram considerados no aumento futuro dos riscos de inundação ou até que ponto o aumento do risco de inundação foi considerado nas taxas de prêmio existentes. A entidade determina que essas informações não estão disponíveis para ela na data de relatório sem custo ou esforço indevido. A entidade, portanto, decide usar o aumento anual mais recente no prêmio como informação substituta para futuros aumentos anuais. Com base nas informações que estão disponíveis para a entidade sem custo ou esforço indevido, ela não consegue identificar separadamente o efeito do risco de inundação nos futuros prêmios de seguro. Portanto, a entidade considerou as tendências recentes nas taxas de prêmio para determinar o aumento previsto nos prêmios de seguro e decidiu divulgar essas informações que combinam o efeito dos aumentos nos prêmios de seguro como resultado da elevação do risco de inundação com os efeitos de outros fatores. Usando essas informações, a entidade estimou que os efeitos financeiros previstos em seu desempenho financeiro são aumentos nos prêmios de seguro devido ao risco de inundações. A entidade divulga que o efeito do aumento dos prêmios de seguro nos custos operacionais é de 7 a 9 milhões de unidades monetárias no curto prazo, 15 a 20 milhões de unidades monetárias no médio prazo e até 50 milhões de unidades monetárias no longo prazo.	
(a) A entidade divulgaria a quantidade e a porcentagem de lojas e estoque vulneráveis ao risco de inundações como parte da aplicação do parágrafo 29(c) da IFRS S2.	

Ilustração C – Efeitos financeiros previstos do risco de escassez de água

	Conjunto de fatos
A entidade C atua no setor de produtos agrícolas. A entidade cultiva, colhe e embala arroz para vender e conta com um fornecedor terceirizado em outra jurisdição para complementar sua própria produção. O modelo de negócios da entidade depende da água porque o cultivo de arroz depende das chuvas e da irrigação a partir de outras fontes de água. O abastecimento de água da própria entidade não está exposto a riscos de escassez; no entanto, o fornecedor terceirizado está exposto a riscos crescentes de escassez de água na região em que opera devido ao aumento das temperaturas e à mudança dos padrões de precipitação. A entidade espera que o estresse hídrico de referência do fornecedor terceirizado piore no médio prazo. O tipo específico de arroz que a entidade compra só está disponível nessa região e a escassez de água provavelmente afetaria todos os fornecedores da área. A entidade identificou um risco de escassez de água na região em que o fornecedor terceirizado opera porque a entidade depende dessa fonte de arroz, e a escassez de água dá origem ao risco de aumento de custo para esse arroz e risco de falhas na entrega.	
Ilustração da preparação de informações sobre os efeitos financeiros previstos	
A entidade C definiu os horizontes temporais de acordo com seu ciclo de planejamento estratégico como: • curto prazo: 2 anos • médio prazo: 3 a 6 anos • longo prazo: mais de 6 anos A entidade realiza análises de cenários relacionados ao clima para avaliar como vários cenários de mudanças climáticas podem afetar suas operações em vários locais. Como resultado dessa análise, a entidade espera uma redução significativa na disponibilidade de água na região do fornecedor terceirizado para irrigação de campos de arroz no médio prazo. A escassez de água pode afetar a disponibilidade de arroz e, assim, aumentar o preço que a entidade paga para comprar o arroz do fornecedor terceirizado. A entidade determinou que o efeito negativo estimado no resultado operacional da entidade é de aproximadamente 16 a 18 milhões de unidades monetárias por ano no médio prazo, considerando o custo esperado e o volume de arroz que será comprado de terceiros, e pressupondo um aumento médio no preço do arroz de 3% ao ano decorrente da escassez de água (excluindo a inflação), e divulga esse efeito financeiro previsto. As informações sobre o efeito no resultado operacional da entidade de aumentos esperados no custo do arroz do fornecedor terceirizado no curto prazo não são avaliadas como relevantes para os investidores e, portanto, não são divulgadas informações sobre o efeito financeiro previsto no curto prazo do risco de escassez de água. O efeito no resultado operacional da entidade de aumentos esperados no custo do arroz do fornecedor terceirizado no longo prazo é incerto, devido às variáveis envolvidas, como o volume de chuvas que poderiam afetar a área e a capacidade da entidade de obter acordos com outros fornecedores em regiões que não têm a mesma exposição à escassez de água. A entidade determinou que o nível de incerteza de medição envolvido na estimativa desses efeitos é tão alto que as informações quantitativas resultantes não seriam úteis. Em suas divulgações, a entidade explica por que não forneceu informações quantitativas sobre esse efeito no longo prazo e, em vez disso, fornece informações qualitativas sobre os efeitos financeiros do risco de escassez de água.	

Ilustração D – Efeitos financeiros previstos da oportunidade relacionada à crescente demanda do mercado por casas feitas de madeira

	Conjunto de fatos
A entidade D é uma construtora que constrói residências de alto padrão. A entidade constrói casas personalizadas e oferece diferentes plantas, estilos e materiais de construção, dependendo das preferências dos clientes. A entidade observou uma demanda crescente de seus clientes por materiais de construção mais ecológicos, como madeira, porque o uso de madeira em vez de outros materiais de construção pode ajudar a reduzir as emissões de gases de efeito estufa. A entidade identificou a crescente demanda do mercado por casas feitas de madeira como uma oportunidade relacionada ao clima.	
Ilustração da preparação de informações sobre os efeitos financeiros previstos	
A entidade D definiu os horizontes temporais de acordo com seu ciclo de planejamento estratégico como: • curto prazo: 1 ano • médio prazo: 2 a 6 anos • longo prazo: 7 a 25 anos A entidade determinou que pode aumentar sua receita no curto, médio e longo prazo, respondendo à crescente demanda por casas feitas de madeira. A entidade identificou incertezas associadas a essa oportunidade, como taxas de hipoteca e crescente concorrência por participação de mercado, o que poderia afetar o preço que seus clientes estão dispostos a pagar por casas personalizadas. As alterações climáticas representam riscos significativos para o abastecimento de madeira e para a indústria florestal, como o aumento das temperaturas que afetam os padrões de crescimento e eventos climáticos extremos (por exemplo, ondas de calor, incêndios florestais e inundações). Outros fatores, como a disseminação de pragas e doenças, também podem afetar negativamente o crescimento das árvores, aumentando o custo para os construtores de casas. A entidade determinou que não é possível identificar o efeito do aumento da demanda por casas feitas de madeira em sua receita separadamente de outros efeitos, como os efeitos de fatores econômicos mais amplos (por exemplo, o nível geral de demanda dos consumidores e a oferta de madeira). A entidade, portanto, determina que não precisa fornecer informações quantitativas sobre essa oportunidade relacionada ao clima ao aplicar a IFRS S2. Em suas divulgações, a entidade explica por que não forneceu informações quantitativas e, em vez disso, fornece informações qualitativas sobre essa oportunidade relacionada ao clima (ou seja, aumentar as vendas de casas feitas de madeira), incluindo a identificação dos itens, totais e subtotais nas demonstrações financeiras relacionadas que provavelmente serão afetados por essa oportunidade de demanda crescente do mercado por casas de madeira. Ela determina que os itens afetados incluem: • desempenho financeiro: receita e despesas operacionais (custo da madeira); • posição financeira: ativo imobilizado; e • fluxos de caixa: atividades operacionais líquidas do exercício (entrada de caixa), compra de matérias-primas (saída de caixa).	

Ilustração E – Efeitos financeiros previstos da oportunidade de descarte de lixo eletrônico

	Conjunto de fatos
A entidade E fornece soluções de infraestrutura de tecnologia da informação, incluindo hardware, software e serviços de reciclagem de dispositivos eletrônicos (descarte de lixo eletrônico). A entidade começou a explorar recentemente a aplicação da análise de cenários relacionados ao clima para avaliar os potenciais efeitos das mudanças climáticas em seus negócios. A entidade identificou que eventos climáticos extremos podem danificar dispositivos eletrônicos, aumentando a quantidade de lixo eletrônico. Para aproveitar a oportunidade de reciclar mais lixo eletrônico, a entidade pode precisar adaptar sua infraestrutura e seus processos para aumentar sua capacidade de reciclagem.	
Ilustração da preparação de informações sobre os efeitos financeiros previstos	
A entidade E definiu os horizontes temporais de acordo com seu ciclo de planejamento estratégico como: • curto prazo: 1 ano • médio prazo: 2 a 4 anos • longo prazo: mais de 4 anos A entidade está realizando estudos a respeito de riscos físicos relacionados ao clima para identificar, avaliar e quantificar progressivamente a quantidade de lixo eletrônico que será produzida no futuro. Os estudos apoiarão a avaliação e o amadurecimento contínuos dos processos da entidade. A entidade não modelou os efeitos financeiros antes e, atualmente, não possui as habilidades, capacidades e recursos necessários para modelar e quantificar os efeitos previstos no resultado operacional de seus planos em desenvolvimento para aumentar sua capacidade de responder à crescente necessidade de reciclagem de lixo eletrônico. A entidade espera ser capaz de desenvolver suas habilidades e capacidades ao longo do tempo e contratar recursos adicionais. A entidade divulga que não forneceu informações quantitativas sobre esta oportunidade porque atualmente não possui as habilidades e capacidades para fazê-lo. Como a entidade determinou que não precisa fornecer informações quantitativas, ela fornece informações qualitativas sobre os possíveis efeitos dessa oportunidade, incluindo os itens nas demonstrações financeiras que provavelmente serão afetados.	

Este documento não faz parte das Normas IFRS e não adiciona nem altera seus requisitos. Foi desenvolvido para auxiliar a compreensão das partes interessadas sobre as nossas Normas. As opiniões expressas no documento não refletem necessariamente as do International Accounting Standards Board, do International Sustainability Standards Board ou da IFRS Foundation. O documento não deve ser utilizado como aconselhamento profissional ou de investimento.

Copyright © 2025 IFRS Foundation

Todos os direitos reservados. Os direitos de reprodução e uso são estritamente limitados. Nenhuma parte desta publicação pode ser traduzida, reimpressa, reproduzida ou usada de qualquer forma, no todo ou em parte, ou por qualquer meio eletrônico, mecânico ou outro, agora conhecido ou futuramente inventado, incluindo fotocópia e gravação, ou qualquer sistema de armazenamento e recuperação de informações, sem permissão prévia por escrito da IFRS Foundation.

A Fundação tem marcas registradas em todo o mundo, incluindo 'IAS[®]', 'IASB[®]', o logotipo do IASB[®], 'IFRIC[®]', 'IFRS[®]', o logotipo das IFRS[®], 'IFRS for SMEs[®]', o logotipo das IFRS for SMEs[®], o 'Hexagon Device', 'International Accounting Standards[®]', 'International Financial Reporting Standards[®]', 'NIIF[®]', 'SIC[®]', 'ISSB[™]' e SASB[®]. Mais detalhes sobre as marcas registradas da Fundação estão disponíveis mediante solicitação.

A IFRS Foundation é uma entidade sem fins lucrativos de acordo com a Lei Geral Societária do Estado de Delaware, EUA, e opera na Inglaterra e no País de Gales como uma empresa no exterior (número da sociedade: FC023235) com sede em Londres.



IFRS[®]
Foundation

Columbus Building
7 Westferry Circus
Canary Wharf
London, E14 4HD, UK

Tel **+44 (0) 20 7246 6410**
E-mail **customerservices@ifrs.org**

ifrs.org